

pela nova diretoria da Associação Pólo Produtivo Pará, com o intuito de aprimoramento do trabalho desenvolvido do projeto Fábrica Esperança.

O CONTRATO DE GESTÃO teve por finalidade viabilizar a política de prevenção à violência e criminalidade, através do fomento à execução das atividades produtivas desenvolvidas pela entidade com o objetivo de gerar a capacitação profissional e empregabilidade dos indivíduos condenados à pena privativa de liberdade, que a esteja cumprindo em regime aberto, ou tenha sido beneficiado com a conversão em prisão domiciliar, bem como dos egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, assim definidos na Lei de Execução Penal, como forma de promover a reintegração social destes indivíduos, por meio do estabelecimento de parceria entre SUSIPE – Superintendência do Sistema Penal, assegurando à Associação Pólo Produtivo Pará a responsabilidade pela administração e operação da FÁBRICA ESPERANÇA.

Foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos no contrato de gestão:

- Promover a profissionalização das pessoas elencadas acima, através da geração de emprego como meio de prevenir a violência e a criminalidade e orientar o retorno à convivência em sociedade, sendo que, o contrato de trabalho a ser firmado, perdurará pelo prazo máximo estabelecido na Lei de Execução Penal como sendo o de responsabilidade do Estado;
- Gerenciar o processo produtivo e buscar mercados consumidores para os bens e serviços produzidos no Pólo Produtivo;
- Proporcionar a estes indivíduos, a capacitação e/ou o aperfeiçoamento, por meio de cursos profissionalizantes e semi-profissionalizantes, integrados ao processo de elevação de escolaridade;
- Oportunizar iniciativas que elevem a empregabilidade e renda das pessoas contempladas na finalidade da Entidade;
- Promover a formação de mão-de-obra especializada e semi-especializada, de modo a propiciar um futuro ingresso em outros mercados, incentivando a capacidade empreendedora;
- Promover o intercâmbio com outros centros produtivos e tecnológicos, bem como estabelecer parcerias com outros programas de cunho social articulados pelo Governo do Estado do Pará;
- Colaborar com as políticas estaduais de Segurança Pública e de desenvolvimento de setores produtivos.

5.1 Considerações preliminares:

No primeiro semestre de 2007 não foi realizado nenhum repasse financeiro do órgão supervisor- SUSIPE para a Associação Pólo Produtivo Pará em virtude do atraso na entrega de prestação de contas da entidade ao Tribunal de contas do Estado-TCE e ao próprio órgão supervisor do contrato de gestão-SUSIPE, descumprindo cláusula contratual vigente. Este atraso ocasionou prejuízos enormes que resultaram em dívidas acumuladas, perda de crédito na praça por meio de diversos protestos, atraso de pagamento do INSS, FGTS, aumento de dívida com a empresa IAPA (operadora do restaurante Popular), falta de capital para aquisição de matéria-prima e outras situações que serão detalhadas mais abaixo. Após a entrega da prestação de contas em junho de 2007 e avaliação da equipe de supervisão da SUSIPE ao projeto Fábrica Esperança é que foram liberados recursos financeiros para o projeto Fábrica Esperança a partir de julho de 2007.

Ao iniciar as atividades em fevereiro de 2006 os antigos gestores do projeto Fábrica Esperança avaliaram que iriam conseguir auto-sustentabilidade no prazo de hum ano com previsões de receitas acima das que foram realizadas ainda no ano de 2006. No ano seguinte, 2007, o projeto Fábrica Esperança sem conseguir a tão almejada auto-sustentabilidade no ano de 2006 quase não sobreviveu com os poucos recursos próprios no 1º semestre de 2007, que foi na ordem de R\$ 212.729,29 em receitas de vendas. A atual Diretoria recebeu o projeto Fábrica Esperança no mês de agosto com uma dívida no montante de R\$ 1.337.248,49 e com diversas pendências e irregularidades fiscais e trabalhistas, sendo, inclusive objeto de auditoria da Delegacia Regional do Trabalho no 2º semestre de 2007.

A crise financeira vivenciada no 1º semestre de 2007 refletiu o gerenciamento ineficaz, falta de planejamento, em longo prazo, do projeto, ausência de um plano de negócios, prognósticos errôneos nos setores produtivos que fizeram este projeto, até o momento, totalmente dependente de recursos públicos.

A viabilidade econômica deste projeto é possível, com planejamento adequado partindo de estudos e análises já iniciadas do público-alvo, pois as fábricas contam com mão de obra egressa do sistema penal e sua capacitação profissional vem sendo mais demorada que a de um trabalhador não egresso, por diversos fatores: alto índice de usuários de drogas ilícitas e álcool, desmotivação para o trabalho, questões comportamentais, (adequação para atividade laborativa), índice elevado de faltas ao trabalho e o mais importante: o fenômeno da prisionização. A direção atual do projeto acredita cada vez mais na capacitação

e qualificação profissional para as unidades produtivas. O núcleo de produção está sendo todo reestruturado de modo a introduzir rotinas nos fluxos e setores produtivos adequando-os para a realidade de um empreendimento de porte industrial, para que este projeto social possa se transformar numa empresa competitiva no mercado. Por outro lado, criaremos a **Escola de Fabrica "Aprendizes da Esperança"** com treinamento sistemático e qualificação profissional permanente. Pois, após quase dois anos de projeto podemos afirmar que um grande percentual de egressos que trabalham nas unidades produtivas se encontra ainda em grau médio de profissionalização, sendo que ainda há uma parcela menor, mais considerável, de egressos não plenamente produtivos (acompanhados pela equipe psicossocial e técnica).

que ainda há uma parcela menor, mais considerável, de egressos não plenamente produtivos (acompanhados pela equipe psicossocial e técnica).

5.2 - Situação Financeira:

☐ **Repasse Financeiros referentes ao Contrato de Gestão em 2007: R\$ 2.327.969,03**

☐ **Receita Própria em 2007: R\$ 670.300,97**

☐ **Receita de doações e patrocínios: R\$ 23.357,19**

☐ **Outras Receitas Operacionais: R\$ 14.239,27**

☐ **Custo total do projeto em 2007: R\$ 3.874.087,46**

☐ **Déficit do exercício 2007: R\$ 840.655,86**

Os repasses financeiros foram retomados a partir de julho de 2007 até outubro de 2007 e refere ao 2º aditivo no total de R\$ 1.093.420,03 sendo tais recursos aplicados, como prioridade para pagamentos de salários do corpo administrativo e dos egressos, rescisões trabalhistas, despesas administrativas acumuladas, pagamento de aluguéis do imóvel da sede do projeto atrasados, pagamento de parte da dívida com Restaurante Popular e reestruturação do departamento de pessoal (questões trabalhistas pendentes) e compra de matéria-prima.

Em outubro de 2007 foi assinado um 3º aditivo ao contrato no valor de R\$ 1.234.549,00 que priorizou o pagamento de dívidas como FGTS e outros encargos, dívidas protestadas, pagamento de fornecedores e amortização de parte de dívida com IAPA – Restaurante Popular.

As receitas de doações no ano de 2006 foram de R\$ 547.639,61 e destinadas prioritariamente para pagamento de subsídio do restaurante popular (IAPA-Alimentos do Pará) tiveram uma queda vertiginosa em 2007 com uma receita de apenas R\$ 23.357,19, sendo insuficiente para a manutenção do restaurante popular.

As receitas próprias (vendas de produtos e serviços) no 1º semestre foram de R\$ 212.729,29 e no 2º semestre foram de R\$ 457.571,68, tal aumento refletindo um início de reconquista, da confiança do mercado (empresas privadas e órgãos públicos) e credibilidade na Fábrica Esperança.

A atual diretoria que assumiu em 02 de agosto de 2007 recebeu a Fábrica Esperança com um passivo de R\$ 1.337.248,49 referentes à:

a) Fornecedores: R\$ 359.542,42

b) Obrigações sociais e trabalhistas: R\$ 349.792,48

c) provisões sobre Folha de pessoal: R\$ 346.910,50

d) contas diversas a pagar (materiais de consumo, despesas administrativas, etc.): R\$ 281.003,09.

Quanto ao pagamento do INSS acumulado no 1º semestre de 2007 optou-se por iniciar um parcelamento do mesmo, sob pena de não possuirmos condições (falta de certidões) de contratar com o poder público. A dívida de INSS parcelada em cinquenta meses é de R\$ 249.173,14.

A situação financeira da Fábrica Esperança somente começou a se estabilizar ao fim de dezembro de 2007 quando foi quitada todas as dívidas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e dívidas protestadas com os fornecedores referentes a aquisição de matéria-prima e ainda de despesas administrativas, com exceção da Empresa IAPA-Alimentos do Pará em que a dívida foi quitada parcialmente. Pagamento realizado em dezembro de 2007 em R\$ 70.000,00 e parcelamento restante em 13 x de R\$ 15.830,49. 1ª parcela a ser paga em março de 2008.

A crise financeira do 1º semestre de 2007 ainda refletirá no ano de 2008, com os parcelamentos do IAPA-RESTAURANTE POPULAR e INSS pesando sobre nosso custo mensal. Para contrabalancear os custos dos anos passados estamos reestruturando o projeto, com diminuição dos custos operacionais e principalmente o "retrabalho" com o mercado – necessidade de retorno dos nossos clientes, pois o grande "boom" de vendas em 2006, teve efeito momentâneo, pois a qualidade, prazo e preço dos produtos estavam à quem das exigências do mercado. A maioria dos clientes de 2006 não retornaram no ano de 2007.

O projeto Fábrica Esperança custou R\$ 3.874.087,46 no exercício de 2007. Ressaltamos também o déficit do período foi de R\$ R\$ 840.655,86 que refletiu diretamente na queda do valor do patrimônio social da Fábrica Esperança no ano de 2007 que foi de R\$ 167.383,55 em comparação ao do exercício de 2006 que era de R\$ 1.008.039,41.

Quanto as receitas a faturar, a Fábrica Esperança no ano de

2006 entregou produtos de fabricação própria para a Secretaria Executiva de Saúde do Município de Belém – SESMA no valor original de R\$ 214.218,31, sem que conseguisse receber no ano de 2007, tendo a nova Diretoria Executiva da Fábrica Esperança, que, após, tentativas e tentativas em receber a quantia mencionada, e não logrando êxito, interpor ação judicial de cobrança na Justiça Estadual.

5.3 – Estrutura Organizacional:

Os Órgãos da Administração da Associação Pólo Produtivo Pará são:

a) Assembléia Geral Ordinária: universo dos sócios da associação e que compete a Eleição do Conselho de Administração; Destituição de Conselheiro de Administração; Aprovação de contas e Aprovação do Estatuto Social;

b) Conselho de Administração: formado por 2 (dois) representantes do Poder Público Estadual, indicados dentre aqueles que atuem em áreas correlatas a finalidade e objetivo da Associação; 5 (cinco) membros eleitos entre os associados, na forma estabelecida neste Estatuto; 2 (dois) membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral e 1 (um) membro eleito pelos empregados da Entidade. As principais atribuições deste órgão são: Definir os objetivos e as diretrizes da associação; Aprovar a proposta de orçamento da associação e o programa de investimento; Escolher, designar e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; Fixar remuneração dos membros da Diretoria; Aprovar o Regimento Interno da Associação que deverá dispor sobre estrutura, gerenciamento, cargos e competências; Aprovar o manual de qualidade, o regulamento próprio de contratação de bens, obras ou serviços, plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade; Discutir e aprovar o Contrato de Gestão a ser firmado com o Poder Público Estadual; Aprovar e encaminhar, ao órgão público supervisor os relatórios gerenciais e de atividades da entidade; Encaminhar, anualmente, para publicação no Diário Oficial do Estado, os relatórios financeiros, e de execução do Contrato de Gestão;

c) Conselho Fiscal: composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, indicados dentre pessoas de reconhecida capacidade profissional e idoneidade moral, com conhecimento técnico nas áreas: financeira, contábil, jurídica ou de administração e são suas atribuições: a) Acompanhar todas as operações financeiras da Associação; b) Examinar a escrituração contábil da Associação; c) Emitir parecer sobre o balanço e as contas da Associação; d) Sugerir medidas de equilíbrio financeiro para a Associação entre outras correlatas;

d) Diretoria Executiva: Atualmente composta por seis diretores a quem compete estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação; elaborando o Regimento Interno, programas e diretrizes de atividades; Encaminhar ao Conselho de Administração a proposta de Regimento Interno; Propor planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos, levando-os a conhecimento do Conselho de Administração; Apresentar ao Conselho de Administração o relatório e as contas de sua gestão. A Diretoria executiva se organiza em: **a) Diretoria geral;** **b) Diretoria Financeira;** **c) Diretoria Administrativa;** **d) Diretoria Comercial;** **e) Diretoria de Produção e Diretoria de Patronato.**

5.3.1 Gestão de pessoas:

A Associação Pólo Produtivo Pará já passou por diversas reformulações administrativas, mais ainda não encontrou a solução adequada, estando em fase de reestrutura organizacional, com alterações estatutárias. Em 2007 houve remanejamento de cargos que estavam com desvio de função e em núcleos que não correspondem as suas funções.

O regime jurídico trabalhista é a C.L.T (consolidação das leis trabalhistas), pois o projeto Fábrica Esperança é gerenciado por associação privada. Portanto, aos trabalhadores cabem todos os direitos e deveres advindos da relação trabalhista, e a Fábrica Esperança, por sua vez, as obrigações principais e acessórias advindas da relação empregado e empregador que devem ser respeitadas, nos âmbitos fiscal, trabalhista e previdenciário. No geral, os salários são compatíveis com o praticado no mercado. O projeto Fábrica Esperança oferece café da manhã, almoço e lanche para seus colaboradores, fazendo parte, inclusive de acordo coletivo de Trabalho.

A **estrutura de pessoal não-egresso** em janeiro de 2007 empregava 58 funcionários não-egressos lotados nos setores: administrativo e na produção. **Média ano de 2007: 59, 75.** A nova diretoria extinguiu alguns cargos (1 motorista, 1 psicólogo, 1 terapeuta ocupacional, 1 assessoria de comunicação, 2 consultoras de vendas, 1 assessoria de projetos, 1 técnico em inserção social). Também foi criado o cargo de assessor de inserção social, e de assessor de controle interno. Por sua vez, finalizamos o ano de 2007 com 62 funcionários não-egressos, pois avançamos na expansão de atividades da Unidade de Serviços Gerais. É bom ressaltar que o número de funcionários não egressos ainda é alto em comparação ao de egressos. A partir de 2008 estará sendo reduzido o quadro de funcionários não egressos para 51, já que a redução ainda não tinha sido possível, pois a fábrica Esperança estava sem fundos para a realização das